

ABANDONO AFETIVO E RESPONSABILIDADE PARENTAL

AUTORES

Andressa Matos Santos, Bianca Rosa Neves, Eduarda Gabriele Franco, Laura Eduarda Bispo Pitaluga, Maria Eduarda Cardozo Cavalcanti, Sibele Talita Cavalcante De Lima

ORIENTADOR(a)

Pollianna Mesquita de Moraes

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade realizar uma análise sobre o abandono afetivo e a responsabilidade parental, observando de que maneira os direitos fundamentais da criança e do adolescente são assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Busca-se compreender o dever dos pais não apenas de prestar assistência material, mas também de garantir o cuidado, a convivência e o suporte emocional indispensáveis ao desenvolvimento saudável dos filhos. Além disso, pretende-se examinar o papel do Estado na proteção dos direitos infantojuvenis, especialmente diante de situações de negligência afetiva, analisando os mecanismos jurídicos existentes para a responsabilização dos genitores. Busca-se, ainda, discutir os impactos psicológicos e sociais decorrentes do abandono afetivo, bem como a evolução do entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca da possibilidade de reparação civil pelos danos causados pela ausência injustificada de afeto e cuidado parental. Por fim, o trabalho visa refletir sobre a importância da responsabilidade afetiva no âmbito familiar, destacando sua relevância para a formação da personalidade, da dignidade e do bem-estar dos filhos, em conformidade com os princípios constitucionais da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente.

OBJETIVO

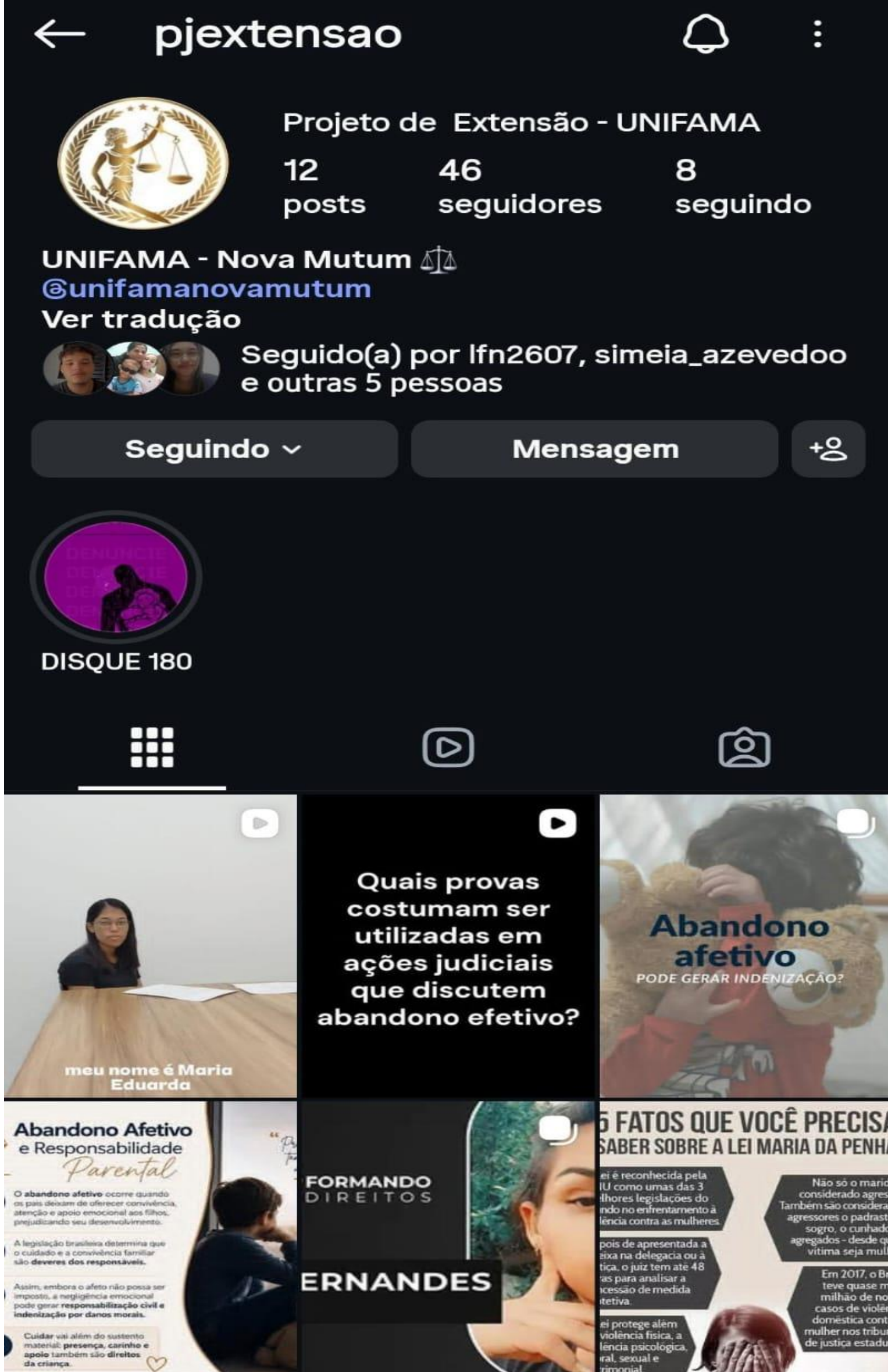
Analisar a importância da responsabilidade parental na garantia do desenvolvimento integral da criança e do adolescente, destacando o dever dos genitores de proporcionar não apenas assistência material, mas também cuidado, convivência e apoio afetivo. Avaliar os impactos positivos da presença e participação ativa dos pais na formação emocional e social dos filhos, bem como as consequências negativas decorrentes do abandono afetivo, considerando os danos psicológicos, emocionais e sociais causados pela ausência injustificada de afeto. Compreender a atuação do Estado na proteção dos direitos da criança e do adolescente, examinando os mecanismos legais destinados à prevenção, responsabilização e reparação dos casos de abandono afetivo no âmbito familiar.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da presente atividade visa reforçar a validação do estudo sobre o abandono afetivo e responsabilidade parental, realizado em questão. Para a realização da pesquisa serão considerados pontos relevantes para a validade da apresentação de métodos adequadas para o desenvolvimento do artigo. Essa abordagem é eficaz na promoção sobre o estudo, pois permite a construção colaborativa de pesquisa tanto quanto literária quanto por meios de pesquisa em notícias, e artigos na internet. Assim ela utiliza de métodos para diagnosticar os problemas, e buscar soluções para a situação, dessa forma poder-se relacionar a atividade principal que consiste na organização do artigo, com a presente metodologia, uma vez que serão diagnosticadas a situação como um todo.

RESULTADOS

A presente discussão tem como foco central a análise do abandono afetivo e da responsabilidade parental, buscando compreender a importância do vínculo afetivo entre pais e filhos para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Pretende-se identificar os deveres inerentes à parentalidade, especialmente aqueles relacionados ao cuidado, à convivência familiar e ao apoio emocional, bem como examinar as consequências jurídicas decorrentes do descumprimento dessas obrigações. Os resultados esperados consistem em esclarecer em que situações a ausência injustificada de afeto e cuidado pode caracterizar abandono afetivo, ensejando a responsabilização civil dos genitores. Busca-se demonstrar que a responsabilidade parental vai além do sustento material, abrangendo também a presença, o acompanhamento e a participação ativa na formação dos filhos. Assim, pretende-se reforçar a importância da proteção dos direitos da criança e do adolescente, promovendo relações familiares pautadas no respeito, no cuidado e na dignidade da pessoa humana.



CONCLUSÃO

O projeto sobre Abandono Afetivo e Responsabilidade Parental contribui para a compreensão da importância dos vínculos familiares no desenvolvimento emocional, psicológico e social da criança e do adolescente. O estudo permite analisar os deveres dos pais para além da assistência material, destacando a relevância do afeto, da convivência e do cuidado como elementos essenciais para a formação dos filhos. Além disso, possibilita refletir sobre a atuação do Estado na proteção dos direitos infantojuvenis e na responsabilização dos genitores em casos de negligência afetiva. Dessa forma, a pesquisa contribui para a conscientização da sociedade acerca da importância da responsabilidade parental, promovendo relações familiares mais saudáveis e fortalecendo os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente. Conclui-se que o afeto, embora não possa ser imposto, constitui um importante dever moral e jurídico no âmbito familiar, sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e comprometida com o desenvolvimento de seus cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.